



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

---



ATA DA 12ª SESSÃO PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2021.

Às dez horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, através do sistema eletrônico de vídeo conferência, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Atendendo o Edital de Convocação publicado no DPL de nº 8.140, do dia 24 de maio de 2021, sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, que iniciou afirmando o objetivo da CPI, destacando a necessidade de pensar em estratégias para ampliar a rede de proteção às mulheres. Destacou que o processo de pandemia deixa cada vez mais clara a necessidade de ampliar a rede de proteção, que a violência contra as mulheres aumentou muito durante a pandemia, e que é necessário que as pessoas envolvidas na proteção entendam as diferenças de gêneros. Afirmou que em dois mil e vinte aconteceram noventa e três casos de assassinatos de mulheres na Paraíba, que em Campina Grande não aconteceram feminicídios, mas nas regiões de Campina Grande aconteceram casos de feminicídios. Agradeceu a presença de todos e informou que o Deputado Doutor Érico foi indicado para a função de relator da CPI. O Deputado Doutor Érico falou da importância de criar políticas para coibir os

casos de violência. A Presidenta concedeu a palavra a Doutora Renata, Coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, que cumprimentou todos, falou que o momento é complicado devido a pandemia, que foram criadas estratégias para atender as mulheres em decorrência da pandemia, que o trabalho de proteção é realizado em conjunto com diversos órgãos, que foi criado a ferramenta de denuncia on-line, pelo fato das mulheres não estarem conseguindo chegar ao sistema. Destacou que também está à disposição o formulário de avaliação de risco, que a violência está naturalizada, e por questões culturais foi passado por gerações, que é necessário trabalhar com a educação em todos os níveis, para que no futuro todos possam entender que violência doméstica é crime. Falou que o feminicídio é a morte da mulher em razão de violência doméstica e que a maior dificuldade é incluir a qualificadora aos casos. Disse que é necessário observar as situações de gênero e menosprezo, que o maior desafio é deixar o preconceito fora do trabalho, que em dois mil e vinte aconteceram trinta e seis casos de feminicídios, com redução em relação a dois mil e dezenove, que tem conhecimento que em Campina Grande existe rede bastante ativa, com disponibilidade do serviço SOS Mulher, onde a mulher em risco recebe aparelho telefônico. Agradeceu e encerrou. A Presidenta determinou que a Senhora Rafaela disponibilize para todos os vídeos e documentos. A Deputada Camila Toscano cumprimentou todos, parabenizou a Doutora Renata pelo novo cargo, e destacou a necessidade de debater o assunto. Votação da Indicação do Deputado Doutor Érico para a função de relator. Posto em votação, o Deputado Doutor Érico foi eleito para a função de relator por unanimidade. A Presidenta concedeu a palavra a Doutora Joice Borges, cumprimentou todos, agradeceu pelo convite, afirmou que a violência contra a mulher assusta todos, que o Estado tem enfrentado grandes desafios em virtude da pandemia, muitas mulheres estão convivendo o dia todo com os seus agressores, que a busca pelo serviço tem aumentado. Informou que existe casa abrigo que acolhe mulheres em risco de morte, existe a Patrulha Maria da Penha, que os equipamentos têm salvado vidas, e será aberta a casa abrigo do sertão, que



foram realizadas ações durante a pandemia, e que a mulher protegida pela rede, não é vítima de feminicídio. Disse que infelizmente a violência está naturalizada, que foi criado o protocolo de feminicídio que prevê plano de ação, com a necessidade de investigar o feminicídio como crime de gênero, que a rede realiza campanha de prevenção à violência contra a mulher, que o Estado e municípios têm o dever de acolher as mulheres, e que foi publicada cartilha de prevenção a violência contra a mulher em tempo de pandemia. Agradeceu e encerrou. A Deputada Camila Toscano informou que existe a lei de realização de denúncia pelo aplicativo WhatsApp e pediu seu cumprimento. A Professora Anita cumprimentou todos, afirmou que o trabalho da CPI tem sido importante na Paraíba e que existe muito a ser feito, com avanço no trabalho educativo, que precisa envolver cada vez mais os municípios no combate a violência. Informou que está acontecendo curso de extensão pelo fim da violência contra as mulheres, e que conta atualmente com quinhentas inscrições. Destacou que é necessário enfrentar a violência, e o melhor caminho é a prevenção, que as universidades precisam fazer mais, que é necessário interiorizar as Delegacias das Mulheres, que o interior possui necessidades de centros de referências, que as regiões próximas a Campina Grande não possuem Delegacias das Mulheres, que a pandemia da violência contra a mulher existe a muito tempo. Falou que está sempre à disposição para combater a violência contra a mulher, que o país está comprometido com a Agenda 2030, e que uma das metas é acabar com a violência contra mulheres e meninas. Agradeceu e encerrou. A Presidenta concedeu a palavra ao Doutor Antônio Gonçalves, que cumprimentou todos, informou que assumiu o juizado em Campina Grande há quatro anos, e neste período os casos de violência aumentaram, em virtude do empoderamento das mulheres, pelo fato de passarem a denunciar. Disse que a violência doméstica existe há muitos anos e permeia em diversos lares. Informou que o tribunal de justiça dispõe de sistema que contabiliza o número de casos de violência, que presenciou situação em que a vítima se sentia culpada pelo de fato ser agredida. Destacou que a violência contra a mulher precisa ser combatida, questionou se os cursos conseguem chegar à população que



são vitimadas pela violência doméstica, falou da importância de denunciar, afirmando que a violência doméstica precisa acabar. Informou ainda que na cidade Campina Grande existem seis processos de feminicídio em tramitação. Agradeceu pelo convite e encerrou. A Senhora Chirlene, membro Associação das Trabalhadoras Domésticas, cumprimentou todos, afirmou que em Campina Grande tem trabalhado o encorajamento para realização de denúncias, que devido a pandemia, muitas perderam as diárias ou tiveram seus contratos suspensos, e por não estarem colaborando com as despesas familiares se sujeitam a situações de humilhação. Disse que os agressores podem estar em casa ou nos trabalhos. Destacou que muitas mulheres não têm coragem de fazer as denúncias, e que é necessário trabalhar para um mundo sem violência contra mulheres e meninas. A Presidenta afirmou que a categoria das trabalhadoras domésticas sofre muito com situações de violência, e concedeu a palavra à Senhora Idalina, membro do Grupo de Pesquisa Flor e Flor, que cumprimentou todos, afirmou que o grupo não é apenas acadêmico e busca contribuir com mudança de vida e mentalidade da sociedade. Destacou que a saúde é o grande pilar dentro da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Relatou dados de pesquisas realizadas nas cidades João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeira, afirmando que as mulheres atendidas pelas unidades básicas de saúde da família, não tiveram acesso aos serviços da rede. Destacou que não existiam cartazes ou quadro informativo sobre os serviços ofertados. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para a Deputada Dra. Paula, onde após os cumprimentos de praxe, lamentou a forte violência que persiste no Estado, comentou que vem aumentando ainda mais com a presença da pandemia, explicou que é um tema relevante e abrange todo o País, demonstrou preocupação com o ódio contra as mulheres, ressaltou que os índices apontam que as mulheres negras têm sofrido ainda mais com a problemática, reforçou a importância das delegacias das mulheres, assim como lembrou que precisam ser valorizadas e melhoradas. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Mônica Lemos, representando a OAB, onde após os cumprimentos de praxe, citou o



aumento na violência contra as mulheres, principalmente em período pandêmico, relatou que estão sendo feitas pesquisas em todas as áreas, as quais apontaram um aumento na violência patrimonial, explicou que isto ocorre devido ao recebimento do auxílio emergencial para as mulheres chefes de família, pois recebem o valor dobrado, incentivando assim os companheiros a usufruírem de tal regalia. Dando seguimento, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Monalisa, representando a Defensoria Pública, onde após os cumprimentos de praxe, comentou a fortificação feita pela instituição para aumentar o canal de diálogo com as vítimas, falou que a violência de gênero possui um amplo espectro, porém, frisou que a violência especificamente contra as mulheres tem aumentado bastante nesse período de pandemia, explanou o apoio da instituição com relação ao atendimento psicológico das vítimas, explicou que existem psicólogos e profissionais da área para dar apoio e assistência para as mulheres vítimas de algum tipo de violência, lamentou o envolvimento do laço afetivo neste tema, comentou que muitas mulheres reatam os relacionamentos e acabam retirando as denúncias, além de não fazerem as queixas por medo, subnotificando assim o sistema e maquiando os dados reais. Na sequência a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Raissa, representando a Defensoria Pública, onde após os cumprimentos de praxe, lamentou os altos índices de violência de gênero, frisou que as mulheres estão sofrendo ataques ainda mais frequentes nesse período de pandemia, explanou que as mulheres negras têm sofrido ainda mais nesse sentido, comentou sobre as subnotificações, relatou que as denúncias não fornecem a real ideia da situação, pois a coleta de dados são prejudicadas por medo das mulheres denunciarem, ou até mesmo a retirada da queixa devido o perdão no relacionamento. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Vereadora Jô Oliveira, da Câmara Municipal de Campina Grande, onde após os cumprimentos de praxe, comentou que a violência de gênero não pode ser levado como compromisso somente pelas mulheres, mas sim, por toda a população, é dever de todos proteger e respeitar uns aos outros, frisou que com as mulheres não pode ser diferente, lamentou o forte crescimento do feminicídio,



sugeriu estratégias para que o atendimento para as mulheres violentadas seja mais abrangente, consiga atender e dar suporte para as mulheres que estejam até mesmo sobre ameaças, parabenizou a iniciativa do debate e agradeceu a oportunidade de fala. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Vereador Anderson, da Câmara Municipal de Campina Grande, onde após os cumprimentos de praxe, frisou a alta vulnerabilidade das mulheres que compõe a periferia, explicou que muitas dependem ainda dos companheiros para garantir moradia, alimentação e sustento familiar em geral, frisou que isso faz com que sofram ainda mais a violência doméstica, lamentou o aumento da violência contra as mulheres em geral, explanou que o feminicídio precisa ser combatido em todas as instâncias, falou que a população deve se conscientizar a respeito, para que se tenha até mesmo um apoio para uma pessoa próxima que esteja sendo vítima de violência. Em seguida a Sra. Presidente registrou a presença da Sra. Delegada Elizabeth e passou a palavra para a Sra. Delegada Suelane. Após os cumprimentos de praxe, frisou que os órgãos competentes precisam estar unidos, toda a rede de proteção para as mulheres devem estar em consonância, reforçou que a população também deve ser conscientizada, além de servir de observatório para possíveis causas de violência e fazerem as devidas denúncias, citou alguns casos de feminicídios ocorridos em sua jurisdição, explicou que as delegacias estão prestando seus serviços com a maior eficiência possível, de modo a garantir a proteção para as vítimas e a devida punição para o agressor. Na sequência a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Sheila, onde após os cumprimentos de praxe, reforçou a importância das políticas públicas relacionadas ao tema, explanou que as mulheres precisam de proteção nesse sentido, lamentou os altos índices de violência contra as mulheres, sugeriu um melhor mapeamento da violência, explicou que os dados não condizem com a realidade, pois existem as subnotificações, além da dificuldade do acesso real para a violência contra as mulheres da periferia, pois muitas não fazem denúncia por medo. Logo após, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, elogiou o nível do debate, fez alguns encaminhamentos solicitados em reunião e, não havendo mais a acrescentar,



declarou encerrada a presente reunião. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, e Frederico Bezerra dos Santos, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. João Pessoa – PB, 28 de maio de 2021.

  
Deputada Cida Ramos  
Presidenta

